



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19ª zona – Tauá e Parambu

Procedimento Administrativo: Nº 09.2020.00003490-9

**RECOMENDAÇÃO** n.0001/2020/P19ªZE

A Representante do Ministério Público Eleitoral nesta zona, no uso de suas atribuições legais e na forma como dispõem os arts. 37, § 1º e 127 da Constituição Federal, Lei Complementar Federal nº 75/93; Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); Lei Federal nº 9.504/97 (Lei das Eleições) e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e;

**CONSIDERANDO** que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei nº 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa: § 3º – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral:

*“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”*

**CONSIDERANDO** que a EC nº 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a

---

Promotoria Eleitoral da 19ª Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19a zona – Tauá e Parambu

publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 (três) meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

*VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.*

**CONSIDERANDO** que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

**CONSIDERANDO** que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC nº 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 aqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

*VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo*

---

Promotoria Eleitoral da 19a Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19a zona – Tauá e Parambu

*em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;*

**CONSIDERANDO** que o art. 74, também da Lei nº 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

**CONSIDERANDO** que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

**CONSIDERANDO**, repita-se, que o site, o perfil, a página e a conta mantidos pela administração na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC nº 107/2020;

**CONSIDERANDO** que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

---

Promotoria Eleitoral da 19a Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19a zona – Tauá e Parambu

**CONSIDERANDO** que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei nº 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

**CONSIDERANDO** que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei nº 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC nº 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

**CONSIDERANDO** que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

**RECOMENDA** aos **Srs. Prefeitos de Tauá e Parambu**, ao **Srs. Presidentes das Câmaras de Vereadores de Tauá e Parambu**, aos **Srs. Secretários Municipais e dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista** alcançados pelas mencionadas disposições:

---

Promotoria Eleitoral da 19a Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19a zona – Tauá e Parambu

- 1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;
- 2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC nº 107/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (i) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19 e (ii) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral;
- 3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, *outdoors*, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, **admitida a permanência** (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;
- 4) Que, de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

---

Promotoria Eleitoral da 19a Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
Promotoria Eleitoral da 19a zona – Tauá e Parambu

**Lembra**, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei nº 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei nº 9.504/97).

**Na oportunidade, o Ministério Público requer que os Chefes do Poder Executivo de Tauá e Parambu realizem a remessa da presente Recomendação para as Secretarias Municipais respectivas e entidades da Administração Indireta alcançadas pelas disposições legais. Ademais, requer que o Srs. Presidentes das Câmaras de Tauá e Parambu realizem a devida divulgação desta Recomendação entre os vereadores da Casa Legislativa, para fins de conhecimento.**

**Após a ciência dos interessados, proceda-se à divulgação da presente Recomendação às emissoras das rádios locais.**

**Tauá, 21 de julho de 2020**

Karina Mota Correia  
Promotora de Justiça Eleitoral

---

Promotoria Eleitoral da 19a Zona do Estado do Ceará  
RUA HENRIQUETA DE ARAÚJO SERRA, N 213,, TAUAZINHO, Tauá-CE - CEP  
63660-000